

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA**  
**CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ**

**ALCIONE DA COSTA ROCHA**

**EAD COMO NOVO MODELO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO**

**PATOS – PB**

**2010**

**ALCIONE DA COSTA ROCHA**

**EAD COMO NOVO MODELO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Computação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciada em Computação.

**ORIENTADOR: Prof. Esp. Vitor Abílio Sobral Dias Afonso.**

**PATOS - PB**

**2010**

R672E

Rocha, Alcione da Costa

EAD Como Novo Modelo Educacional na Perspectiva  
da Inclusão, Alcione da Costa Rocha. Patos:

UEPB,2010.

47f.

Monografia (TRABALHO Acadêmico Orientado –  
(TAO) - Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: prof.Esp. Vitor Abílio Sobral Dias

Afonso

1.Educação 2. Educação a Distância I. Título

II. Afonso, Vitor Abílio Sobral Dias

CDD 371.35

ALCIONE DA COSTA ROCHA

**EAD COMO NOVO MODELO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA  
INCLUSÃO**

Aprovado em: 07/12/2010

**Banca examinadora**

*Vitor Abilio Sobral Dias Afonso*

Prof. Esp. Vitor Abilio Sobral Dias Afonso – Orientador

*Wellington Candeia de Araújo*

Prof. MSc. Wellington Candeia de Araújo – 1º Membro

*Wendell Campos Veras*

Prof. Msc. Wendell Campos Veras – 2º Membro

PATOS – PB

2010

Ao meu irmão Alcindo Rocha Júnior,  
exemplo de superação e conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela forma como nos faz enxergar a grandeza da vida;

Aos meus pais Alcindo e Diomar, exemplos de orgulho e superação;

Aos demais familiares pelo apoio e compreensão;

Aos meus colegas, pelo incentivo nos momentos difíceis;

Ao meu professor e orientador Vítor, por ter abraçado esta causa juntamente comigo;

Aos professores, que passaram pelo Curso e deixaram suas contribuições relevantes, e inesquecíveis palavras de encorajamento mostrando que é possível vencer a guerra quando se vence as batalhas;

À minha prima Marluce, pela contribuição na realização deste trabalho;

Aos que direta ou indiretamente me ajudaram, meu muito obrigado.

*“A educação é um processo lento como o desabrochar de uma flor; a fragrância se torna cada vez mais profunda e perceptível quando brota em silêncio, pétala por pétala, até que surja a flor completa.”*

PRINCÍPIOS DE VIDA: SAI BABA.

## RESUMO

A Educação a Distância é um modelo de educação, baseado na interação dos sujeitos por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação. Este representa uma oferta de educação diferenciada por constituir-se de características peculiares. A presente proposta vem abordar a importância da EaD como novo modelo educacional na perspectiva de inclusão, citando diversos autores que descrevem sobre o tema citado. O trabalho proposto busca fazer uma viagem à cerca da evolução histórica no mundo e no Brasil, mostrando sua base legal como sendo conquistas numa luta travada por idealizadores e os diferentes conceitos tratados. Revela um olhar sobre os reais avanços e o que poderá vir a ser acrescentado no contexto da educação à distância. Destaca ainda a relação forte que existe entre educação e sociedade e o que este modelo representa como instrumento no processo de inclusão social de uma parcela significativa da população que busca os mesmos direitos de garantia, da educação assegurada pela Constituição.

Palavras-chave: educação, EaD, distância, aprendizagem, tecnologias.



## **ABSTRACT**

The education at the distance is an education model based on the interaction of the subjects through the use of the technologies of information and communication. This represents an education offer differentiated by constituting of peculiar characteristics. To present proposal it comes to approach the importance of EaD as new educational model in the inclusion perspective, mentioning several authors that describe on the mentioned theme. The work proposed search to do a trip the about of the historical evolution in the world and in Brazil, showing your legal base as being conquests in a fight joined by fighters and the different treated concepts. He reveals a glance on the Real progresses and what can come to be increased in the context of the education at the distance. The strong relationship that exists among education and society and the one that this model represents still highlights as instrument in the process of social inclusion of a significant portion of the population that looks for the same rights of warranty of the insured education for the constitution.

Word-key: education, EaD, learning, technologies.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1 - Modelo conceitual de educação a distância</b>	<b>22</b>
<b>FIGURA 2 - Cinco gerações de educação a distância</b>	<b>26</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 - Construção histórica das alternativas da EAD no Brasil</b>	<b>27</b>
<b>TABELA 2 - Evolução da legislação de EAD no Brasil</b>	<b>31</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância**

**AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem**

**EAD – Educação a Distância**

**TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação**

**LDB – Lei de Diretrizes e Bases para a educação Nacional**

**DOU – Diário Oficial da União**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>x</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>15</b>
<b>1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>18</b>
<b>2. CONCEITO.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 DEFININDO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>23</b>
<b>3. BREVE HISTÓRICO/LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 BREVE HISTÓRICO DA EAD NO MUNDO.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1.1 Na Antiguidade.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1.2 Os Séculos XVII e XVIII.....</b>	<b>23</b>
<b>3.1.3 O Século XIX.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.4 História Moderna.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.5 As Gerações da EAD.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 BREVE HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3.1 Base Legal específica.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>33</b>

<b>4. IMPORTÂNCIA DA EAD COMO MODELO DE INCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
4.1 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DA EAD.....	37
4.1.1 O aluno adulto e sua aprendizagem.....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>45</b>
ANEXO A.....	46
ANEXO B.....	47

## APRESENTAÇÃO

Tendo em vista que o foco central deste trabalho é indagar no contexto atual a **EAD COMO NOVO MODELO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO** e o que a mesma representa para o desenvolvimento da sociedade, faz-se necessário buscar subsídios que possam respaldar e ao mesmo tempo tornar verídico tal fato, levando em consideração que se trata de uma pesquisa bibliográfica.

Sendo assim, entende-se que o conhecimento e a informação são fundamentais no desenvolvimento de qualquer cidadão, em qualquer sociedade. Nesse sentido, considera-se a ascensão com que se deu o avanço das tecnologias, sendo notório que em qualquer esfera social os esforços para obtê-las são evidentes e incansáveis.

A presente proposta visa oferecer, a partir do 1º capítulo, um suporte de leitura respaldada na Fundamentação Teórica, onde situa no tempo e no espaço as reflexões que os autores abordam; os vários conceitos estão contidos no 2º capítulo deste trabalho; o 3º capítulo vem trazendo um breve histórico da EAD no Mundo e no Brasil como também a base legal da mesma respaldada na LDB; o 4º capítulo aborda a discussão do modelo de educação, seus desafios e perspectivas como forma de inclusão. Por fim, têm-se as considerações que trazem o entendimento particular de todo o empenho no desenvolvimento deste trabalho e as conclusões nele contidas.

Assim, é realizada uma viagem pelo universo da EAD, tentando entender como se desenvolve esse novo mecanismo de oferta da educação, respeitando o caráter pedagógico e vislumbrando as novas possibilidades na forma que se dá o processo de construção do conhecimento dos envolvidos. Também para esse trabalho, tem-se como objetivo geral compreender a importância da EAD no cenário educacional e como isso se manifesta como instrumento incluyente que a mesma representa; os objetivos específicos são: possibilitar conhecimento e informação às diferentes camadas sociais; atender a um maior número de pessoas (adultas) interessadas em compartilhar saberes; interagir o conhecimento independentemente de espaço e tempo.

Todavia, sabe-se que o ato de educar perpassa a figura do professor e estende-se além das muralhas de nossas escolas e universidades interagindo pelos espaços virtuais, pelos momentos presenciais ou não, e que a educação acontece entre os indivíduos, compartilhando idéias, momentos e situações na medida em que estas passam a ter sentido de educação.

Portanto, que os estudos aqui travados, só tenham caráter positivo enquanto estes configurarem de fato, um novo momento de discussão e (re)construção como acontece na nossa própria história.

Sendo assim, compreende-se que, mesmo de uma maneira particular, esta é uma forma mais expressiva de democratização do fazer aprender, na modalidade EAD, gerando a cada instante condição de acesso à educação tão bem posicionada em nossa lei maior – Constituição Federal de 1988 e oficializada na LDB 9.394/96.



## **CAPÍTULO I**

### **1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

Considerando o atual momento em que vivemos, onde ‘tudo’ inspira informação, em que a sociedade contemporânea confronta-se com tantas mudanças de paradigmas, é necessário compreender que essas mudanças vão além do campo pedagógico, apresentando novos valores sociais, com novos hábitos e a busca por outros saberes, e que se colocam muitas vezes como um campo mais atrativo para o aprendiz do que a escola. Segundo DEMO (1994, apud Lahn, Magalhães e Bentes, 2008, p.9), afirma que: “A escola precisa propiciar um ambiente em que os professores e os alunos sujeitos do processo possam gestar projetos conjuntos que propiciem a produção do conhecimento.”

Dessa forma, é imprescindível que a escola possa/deva se colocar no papel dentro do contexto de um espaço recheado de possibilidades e inovações, como um ambiente transformador e que os sujeitos possam interagir com mais ênfase num processo de participação ativa na busca da produção do conhecimento. Nesse sentido, compreendemos que a Educação à Distância (EAD) existe para oportunizar novas possibilidades de aprender, atendendo alunos/professores indisponíveis no mesmo espaço e tempo.

Dentro dessa ótica, Nevado, (2007, apud Lahn, Magalhães e Bentes, 2008, p. 9) diz que:

A EAD se faz na perspectiva de construir condições pedagógicas institucionalizadas que acolham as demandas dos estudantes quanto à maleabilidade e flexibilidade de tempos e espaços para exigência e avaliação das atividades.

Partindo desse pressuposto, fazem sentido algumas indagações: considerando em primeiro momento qual o papel do aluno nesse novo cenário da educação? Qual papel do professor frente a essa nova forma de conhecimento?

Sendo assim, é importante nos situarmos no contexto de desenvolvimento e entendermos como funcionam os sujeitos envolvidos no processo, para assim compreendermos como se colocarão frente ao novo paradigma de educação.

Segundo Piaget, filósofo, psicólogo e criador dos estágios de desenvolvimento humano, diz que o papel do professor é, então, criar situações de desequilíbrio que “forcem” o aprendiz a reestruturar-se. Para o aluno (aprendiz), este deve levar em consideração o conhecimento prévio e, a partir das experiências vividas, provocarem um desequilíbrio e uma reestruturação na sua aprendizagem. Na compreensão de Piaget, a aprendizagem se dá através de processos internos e individuais de aprendizado, e através da interação com o meio, porém os processos individuais têm maior importância na construção do conhecimento.

Nessa perspectiva de construção/participação encontramos a EAD, com um sentido de mudança no paradigma educacional como aponta Oliveira (2003, p. 34) ao afirmar que: “o aluno deixa de ser um receptor passivo e torna-se responsável por sua aprendizagem, com direito a trabalhar em ritmo individualizado sem perder, no entanto, a possibilidade de interagir com seus pares e com seu professor.” Desse modo, o professor deixa de ser “o dono do saber e o controlador da aprendizagem, para ser um orientador que estimula a curiosidade, o debate e a interação com os outros participantes do processo” (*Idem*, p. 34).

No contexto atual, o pensar e o agir de forma participativa/interativa refletem também esse novo modo de construção do conhecimento onde o professor não é mais o centro do saber, e sim atua como co-participação deste junto ao aluno. Com isso, surge essa visão de um novo modelo na forma de ofertar educação atingindo cada vez mais um maior número de integrantes encontrando na EAD tais características compatíveis. Para tal, Santhler (2008, apud Lahn, Magalhães e Bentes, 2008, p. 07), nos afirma quando aponta que:

As possibilidades de alcançar maior parcela da população, de forma mais flexível e personalizada, utilizando-se criativamente das atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incentivam a revisão de políticas públicas e da gestão escolar e universitária, além de desafiar alunos e professores a reverem suas práticas e concepções.

Por fim, devemos ter clareza de que as evidências são contundentes quanto à afirmação do modelo de educação surgido, o que não subtrai a essência da oferta mais antiga, no qual esse novo paradigma se dá pela mediação entre homem e

conhecimento, e por que não dizer, entre as duas peças fundamentais do desenvolvimento que movem a sociedade: cidadão e saber.

## **CAPÍTULO II**

### **2. CONCEITO**

#### **2.1 Definindo Educação à Distância**

No seu sentido mais conciso, é o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, o que possibilita uma interação dos sujeitos envolvidos.

Para Moran, Educação à distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

Na visão de Litwin, (2001, apud Novais, Rocha, Pinheiro, Souza e Filho, 2007, p. 02):

o termo educação a distância distingue-se por representar uma modalidade de ensino/aprendizagem mediatizadora das relações entre docentes e discentes, que substitui a proposta de assistência regular à aula por uma proposta na qual os atores participam de situações não convencionais, em espaços e tempos que não compartilham.

Diante dos avanços pelos quais a sociedade vivenciou, o próprio conceito de EAD sofreu modificações pelas conseqüências da própria evolução. Com isso, torna-se importante frisar que tais alterações estão diretamente ligadas às novas situações que envolvem além de outros fatores, novas teorias, mídias e métodos contribuindo assim para tal afirmação.

Dohmem (1967, apud Bernardo, 1994, p. 28), define da seguinte forma:

Educação a distância (*Ferstudium*) é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo onde o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto

é possível através da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias.

Para Peters (1973, apud Bernardo, 1994, p. 28),

Educação/ensino a distância (*Fernunterricht*) é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.

Porém Chaves (1999, apud Bernardo, 1994, p. 29), vai um pouco mais profundo e diz:

A EAD, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e se propõe que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.

Porém, deve-se ter clareza de que não é apenas conceituar a EAD, que se possibilita à sociedade ter uma compreensão da abrangência que esta representa. Vale aqui salientar que, alguns estudiosos atentam para determinados fatores que podem fazer grande diferença quanto ao termo colocado,

A dificuldade de encontrar uma definição (da Educação a Distância) pode advir dos diferentes conceitos atribuídos ao conceito "distância", bem como à diversidade de formas metodológicas, estruturas e projetos de aplicação desta modalidade em função aos apoios políticos e sociais com os quais conta ou as necessidades educativas que descuida da educação

convencional, ou o desenvolvimento de meios de comunicação e novas tecnologias ou, finalmente, pelo conceito de Educação a Distância que utilizam. ARENTIO (1994, apud LABEÉ, 2005, p. 45).

É o tipo de educação que tanto alunos quanto professores necessariamente não estão dentro de um mesmo espaço, ou seja, não estão juntos, porém conectados e/ou interligados por alguma tecnologia fazendo acontecer o processo. Considera-se, portanto, válido e positivo porque existe, mesmo que espacialmente, um professor/mediador das situações de construção. Nesse sentido, é o processo onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporariamente.

Na visão de Moore; Kersley (2007, p. 3), a EAD,

é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Para tanto, pode-se dizer que é uma modalidade de ensino, que por meio do uso das tecnologias, é desencadeado o processo de ensino-aprendizagem, existindo uma interligação (conexão) entre professor e aluno, acontecendo principalmente através da Internet, em especial as hipermídia, de modo que se evidencia com tanta ênfase.

Preferencialmente se utiliza o termo Educação a distância, pela amplitude da expressão. Contudo, vale salientar, é uma educação continuada, onde o sentido de aprender está no foco das discussões e que a ampliação dos horizontes acontece por meio das relações e interações.

Dentro do contexto conceitual, abrange os termos presencial, semipresencial (parte presencial/ parte virtual ou a distância) e educação à distância (virtual), constituindo-se os mesmos níveis do ensino regular. No entanto, é uma forma legal de ofertar educação, mesmo que com estratégias diferenciadas, respeitando a

legislação vigente e os sujeitos que dela se utilizam para construir novos conhecimentos.

Por fim, é a forma pela qual a educação, no sentido de conhecimento, acontece independente da presença do professor. É o modelo onde a autonomia para estudar não depende do sistema organizacional; é a oferta de ensino no qual as barreiras para o aprender são superadas com a velocidade em que as informações são geradas. Sendo assim,

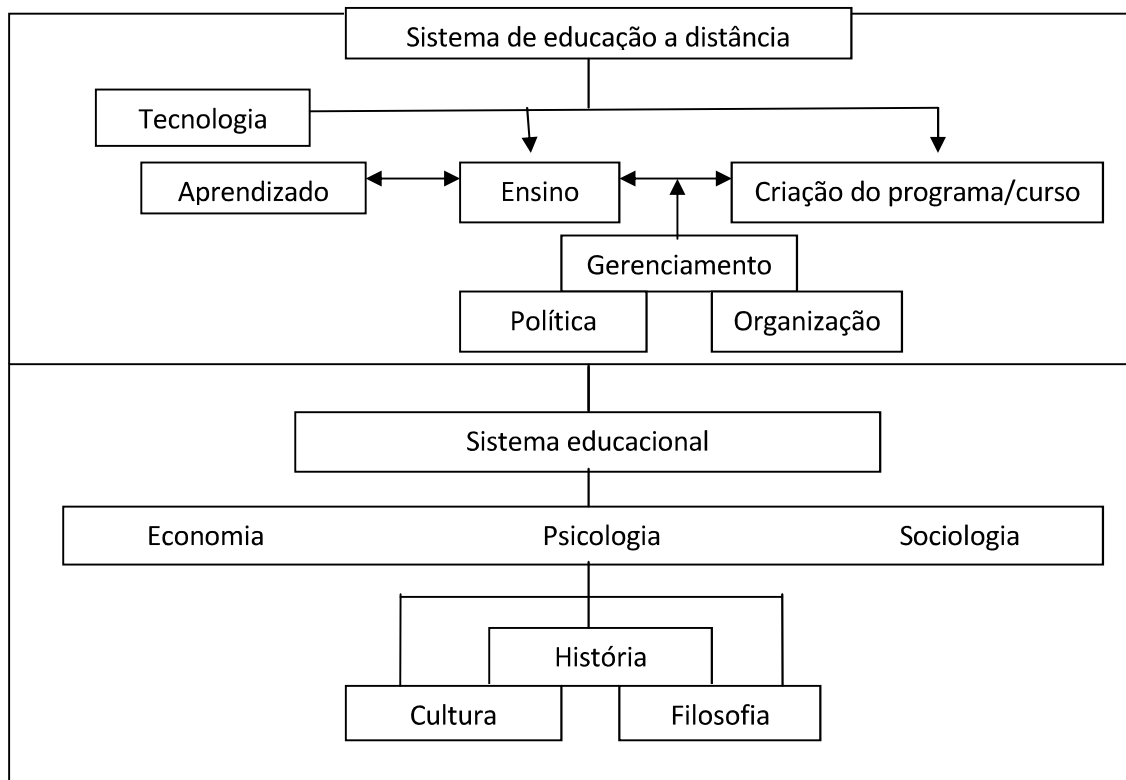
O ensino a distância é um sistema multimídia de comunicação bidirecional com o aluno afastado do centro docente, facilitado por uma organização de apoio, para atender de um modo flexível a aprendizagem independente de uma população em massa dispersa. Este sistema costuma configurar-se com esquemas tecnológicos que permitem economias de escala. MARTÍN ILBÁÑEZ (1972 apud LABEÉ, 2005, p. 49).

Porém, conclui-se essa fase do trabalho levando em consideração os autores citados e a própria literatura que enfatiza a EAD como:

uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professores e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intermediário, como cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais. (ALVES; ZAMBALDE & FIGUEIREDO, 2004, p. 6).

E assim como a sociedade passou a compreender e aceitar a EAD como uma nova possibilidade de oferta de educação, esta sentiu a necessidade e também modificou-se tanto no próprio conceito como na abrangência, à medida que as tecnologias surgiram e foram sendo implementadas no cenário da Educação a Distância, para de maneira mais eficiente assegurar uma educação de qualidade.

A figura abaixo demonstra a abrangência da EAD e em suma, um modelo conceitual, atendendo a demanda atual.



**Figura 1** Modelo conceitual de educação a distância. Fonte: Educação à distância: uma visão integrada.



## **CAPÍTULO III**

### **3. BREVE HISTÓRICO/LEGISLAÇÃO**

#### **3.1 Breve histórico da EAD no mundo:**

Diversos pesquisadores afirmam que foi através da escrita que a EAD surgiu, tendo na tecnologia tipográfica, os primeiros indícios. Posteriormente, esta se difundiu por vários países ganhando campo e expandindo-se com o desenvolvimento e a utilização de novos instrumentos como o livro que foi a mais importante descoberta nessa área antes do aparecimento das Tecnologias de Comunicação e Telecomunicações no campo Digital, ampliando possibilidades reais e o alcance da EAD, constituindo-se dessa forma, numa das práticas evidentes de promoção da aprendizagem. Contudo, o percurso da EAD ao longo da história compreende vários momentos significativos no próprio desenvolvimento social, econômico e cultural da humanidade.

##### **3.1.1 Na Antiguidade**

A partir da Grécia e posteriormente em Roma existiam redes de comunicação permitindo com isso, um sentido mais forte e significativo da correspondência que oriunda da troca de troca de informações.

##### **3.1.2 Os Séculos XVII e XVIII**

Com o movimento da Revolução Científica no século XVII, a forma de comunicação expressa nas cartas deu um novo sentido à era de ensinar, pois Lobo Neto, aborda um anúncio publicado na Gazeta de Boston, no dia 20 de março de 1728, considerado um primeiro marco da educação à distância e que retratava a mensagem seguinte: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode

receber em sua casa várias lições semanalmente e ser instruída, como as pessoas que vivem em Boston.”

### **3.1.3 O Século XIX**

Na Suécia, mais precisamente em 1833, vestígios de um anúncio caracterizaram o ensino por correspondência, e em 1840, na Inglaterra, Isaac Pitman sintetizou os princípios da taquigrafia em cartões postais como método da troca feita com os seus alunos. Porém, só a partir da metade do século XIX, se desenvolveu uma ação institucionalizada de educação à distância. Mais tarde, em 1856, em Berlim, 1873 em Boston e 1891 em Scranton (Pensilvânia) aconteceram três momentos de destaque que intensificaram os movimentos de correspondência: a fundação da primeira escola por correspondência destinada ao ensino de línguas; a Society to Encourage Study at Home e o International Correspondence Institute.

Uma nova experiência vem surgir, por volta de 1891, pela administração da Universidade de Wisconsin (EUA) para organizar cursos por correspondência nos serviços de extensão da Universidade. Quatro anos após, em Oxford, Joseph W. Knipe após nova experiência com turmas de estudantes, iniciou os cursos à distância. Em 1898, na Suécia, um diretor de uma escola, ofereceu o primeiro curso por correspondência, iniciando o Instituto Hermod.

### **3.1.4 História Moderna**

Com o final da Primeira Guerra mundial, novas iniciativas no campo da educação à distância surgiram, considerando o aumento da demanda dessa sociedade por educação, criando aí uma necessidade, que só veio confirmar o que anteriormente tinha verbalizado William Harper: “Chegará o dia em que o volume de instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número de estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais.”

Então, três momentos foram de fundamental importância, e, sobretudo decisivos para os destinos da EAD: o aperfeiçoamento do serviço dos correios, a agilização dos meios de transporte e o desenvolvimento tecnológico.

Nesse contexto, o rádio passou a ser utilizado como um novo meio de comunicação tendo papel de destaque também no ensino formal. Sendo assim, o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o vídeo texto, o computador, e as tecnologias de multimeios mais recentemente, tornaram a educação à distância após as décadas de 60 e 70 mais evidentes, no qual passaram a fazer parte do processo mais abrangente da incorporação e da integração dos mesmos, dando suporte de forma expressiva e tornando o ensino não presencial um modelo de educação ao alcance de diferentes gerações econômicas e socialmente possíveis.

### **3.1.5 As Gerações da EAD**

Foi então, através do invento da escrita, onde as pessoas escreviam, e, portanto, expressado na forma de correspondência, a primeira forma de EAD. Como indícios verídicos se têm as epístolas do Novo Testamento, onde se constituem em exemplos claros de EAD.

- **Primeira Geração: Ensino por correspondência** - sua característica evidencia-se no material impresso iniciado no século XIX. No Brasil, o pioneiro é o Instituto Monitor, que em 1939 ofereceu o primeiro curso por correspondência.

- **Segunda Geração: Transmissão por rádio e televisão** - a inserção de programas radiofônicos e televisivos, aulas expositivas, fitas de vídeo e material impresso, serviram de ponte no desenvolvimento da EAD nesse momento. No Brasil, se caracterizou pelo Projeto Minerva.

- **Terceira Geração: Universidades Abertas** - veio da experiência norte-americana, tinha por finalidade agrupar várias tecnologias de comunicação, com o propósito de oferecer um ensino de alta qualidade e custo reduzido a alunos não universitários.

- **Quarta Geração: Teleconferência** - utilizaram-se basicamente de instrumentos como áudio, vídeo e computador, porém orientações face a face veicularam uma abordagem sistêmica.

- **Quinta Geração: internet/web** - caracterizada principalmente com as inovações de seus instrumentos de áudio, vídeo e texto numa plataforma de comunicação em longo alcance, distribuída em diversos meios de comunicação como chat, fóruns de discussão, blogs, espaço wiki, entre outros ambientes.

A seguir esquema de desenvolvimento das gerações, segundo Moore e Kersley:

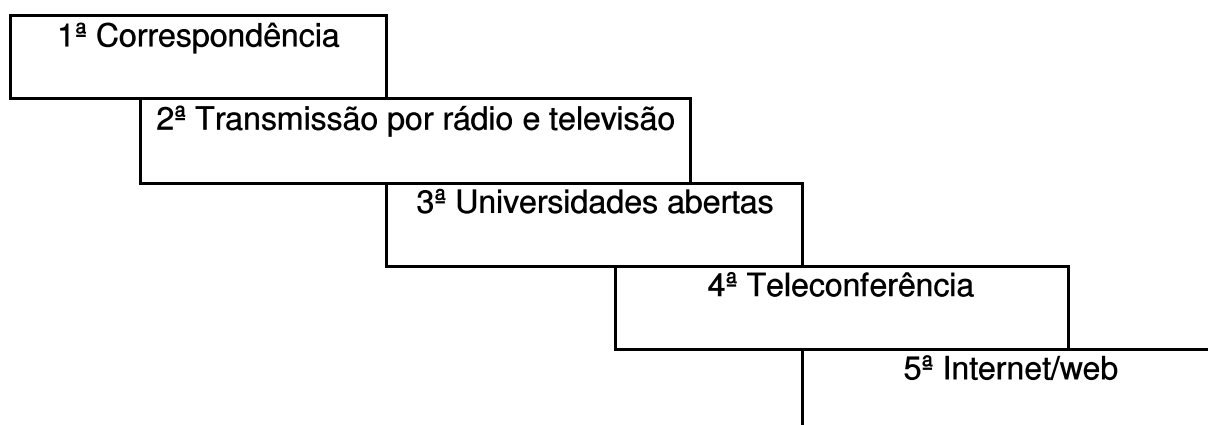


Figura 2 Cinco gerações de educação a distância. Fonte: Educação à Distância: uma visão integrada.

### 3.2 Breve histórico da EAD no Brasil:

Baseado no Peters (2004, apud Slavov<sup>1</sup>, Slavov<sup>2</sup>,) o processo de desenvolvimento da EAD, tem marco histórico de 1904, com a introdução do ensino por correspondência, pelas “Escolas Internacionais”, em 1923, a fundação da radiodifusão, seguido da criação de cursos de iniciação profissional pela fundação do Instituto Monitor em 1939 e depois em 1941 com a Criação do Instituto Universal Brasileiro. Um período de implantação de experiências e normas configurou-se no cenário da EAD até a implantação dos Tele cursos preparatórios para os exames supletivo com a criação da Televisão Educativa em 1965. Daí outro período se prolongou até surgir o primeiro curso de pós-graduação em 1989, pela Universidade Federal de Lavras; em 1994, dando início aos cursos de graduação de EAD no País,

oferecidos pela Universidade Federal do Mato Grosso, após a oferta do vestibular de Licenciatura para um curso a distância. A oficialização da Educação à Distância vem acontecer em 1996 quando da publicação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como modalidade de ensino à distância amparada no Art. 1º do decreto 5.622.

Porém, outros autores afirmam e datam fatos que correspondem ao desenvolvimento da EAD em nosso país considerando outros aspectos, como deficiência de registro das informações. No quadro mostraremos, um esquema-resumo da evolução da EAD no Brasil:

**Tabela 1** Construção histórica das alternativas da EAD no Brasil.

<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
1923	Fundação Roquete Pinto – radiodifusão
1941	Instituto Universal Brasileiro – cursos por correspondência
1950	MEB – cursos de educação de base
1967	Projeto Saci / Inpe – teleducação via satélite, material de rádio e impresso
1969	TVE do Maranhão
1970	Projeto Minerva – cursos transmitidos por rádio nacionalmente
	Produção do programa Vila Sésamo – parceria entre as TVs Globo e Cultura
1971	Criação da Associação Brasileira de Teleducação (ABT)
1974	TVE do Ceará
1976	Produção do programa Sítio do Pica-Pau Amarelo – parceria entre as TVs Globo e Cultura

1980	A ABT transforma-se na Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
1991	Fundação Roque Pinto – Programa: Um salto para o futuro
1995	Laboratório de ensino à distância do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC
1996	Programa TV Escola – SEED/MEC
1997	Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) – SEED/MEC
2000	Rede de Educação Superior à Distância 2000 (UNIREDE)
	Formação de professores de nível médio (PROFORMAÇÃO)
2001	Capacitação de gestores escolares (PROGESTÃO)
2006	Programa Mídia-Escola

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletado na SEED.

Tendo concluído esse panorama histórico brasileiro da EAD, necessário se faz considerar que mesmo tendo uma série de situações adversas, o Brasil vem desenvolvendo nesse campo com significativos avanços, e assim condicionado desde o início do século XX, a sociedade buscar mecanismos de desenvolvimento nessa área.

### **3.3 Legislação**

#### **3.3.1 Base Legal Específica**

Considerando o expressivo teor democrático que permeia a carta que rege a educação brasileira, entende-se que em alguns momentos ela ofusca qualquer forma de discriminação existente na sociedade. Nesse sentido, vale salientar que mesmo democrática ainda concentra nos espaços de aprendizagem muita forma de

preconceito e discriminação contrapondo-se ao texto do Art. 2º, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, que diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, essa expressão no sentido mais profundo de direito democrático, de liberdade, se expressa agora mais fortemente no modelo de EAD como direito à educação, um direito público subjetivo, que ostenta aplicabilidade imediata destes, e que na condição de aprendiz esta evidencie um novo modelo de educação. Sabe-se, porém, que os Princípios que regerão esse modelo de educação contemplam:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Para atender aos anseios e necessidades de uma sociedade em constante transformação, fica evidente que a EAD reveste-se dessa nova possibilidade de oferta de educação, com roupagem significativa, configurando-se com essas mudanças de ordem econômica e social na qual vivenciamos. Dessa forma, buscase fortalecer esse novo modelo de oferta de educação como uma alternativa desejável, e assim, garantir no espaço social a demanda por mais educação.

Sob esse prisma, a normatização da EAD acontece tendo o seu marco cronológico o ano de 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que segundo MARQUES (2004): “oficializa a

era normativa da educação à distância no Brasil pela primeira vez, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Pela primeira vez, na história da legislação ordinária, o tema da EAD se converte em objeto formal.”

Contudo, essa base legal para a oferta da modalidade de educação à distância estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pelo decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (com publicação no Diário Oficial da União – DOU - de 11/02/1998, decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998 (com publicação no Diário Oficial da União – DOU - de 28/4/1998) e pela portaria ministerial n.º 301, de 7 de abril de 1998 (com publicação no Diário Oficial da União – DOU - de 9/4 1998), Gonzales (2005, p 25-35), porém, estas foram regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 19/12/05. Deram suporte legal tanto para a sociedade como para as próprias instituições começassem a desenvolver, mediante estratégias pedagógicas, um novo modelo de educação com caráter diferenciado.

No entanto, mesmo com a base legal de oferta de educação à distância Almeida (2002, apud Slavov<sup>1</sup>, Slavov<sup>2</sup>, 2002, p.73-74), reforça a preocupação e chama à atenção para que no contexto da EAD, os alunos precisem de um monitoramento por parte dos professores para que não seja retido do foco da aprendizagem.

Para o sucesso de um programa inovador de incorporação das TI à educação, devem ser levados em conta vários fatores de complexidade crescente, destacando-se: a disponibilidade de equipamentos e software com configuração atualizada; a constante designação de verbas; o apoio político-pedagógico; a adoção de um novo paradigma educacional; a importância de atribuir ao professor um papel primordial nessa mudança e a formação continuada dos educadores dentro de uma perspectiva de contextualização e de resgate dos valores humanos para que eles possam desenvolver o domínio da tecnologia e a compreensão das potencialidades e limites de integrá-la à sua prática.

A modalidade de EAD retorna a pauta de discussão pelo Decreto - Lei 5.622/05, que é a legislação em vigência. Porém, percebe-se que a proposta em vigência, não propôs nem desvalida o Decreto - Lei 2.561 e nem tampouco o Decreto - Lei 2.494/98, pois dá continuidade a alguns atos legais anteriores,



contemplando, por exemplo, a manutenção da oferta de 20% de disciplinas semipresenciais nos cursos presenciais existentes.

Para a oferta da EAD na Educação Básica, o amparo legal do Artigo 30º do Decreto nº 5.622/05, ostenta que:

As instituições credenciadas para a oferta de educação á distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 40 do Art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, exclusivamente para; I – a complementação de aprendizagem; ou II – em situações emergenciais.

Para a modalidade de educação de jovens e adultos em nível fundamental, ensino médio e educação profissional de nível técnico, foram delegadas competências às autoridades integrantes dos sistemas de ensino, através do Decreto nº 5.622/05 com base no seu artigo 8º da LDB.

Nesse sentido, percebe-se que os avanços no cenário da EAD nas sociedades em desenvolvimento se deram de maneira mais clara e evidente, basicamente a partir de processo de inserção das tecnologias veiculado à condição que professores optaram por se capacitar e aprendizes quererem cada vez mais buscar conhecimento interagindo no tempo e/ou espaço com processo de construção deste.

Abaixo, mostraremos mais resumidamente, como se deu o processo que dá amparo legal a EAD em nosso país.

Tabela 2: Evolução da legislação de EAD no Brasil

<b>ANO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>
1971	Lei 5.692
1996	Lei 9.394
1998	Decreto-Lei 2.494
	Portaria 301
	1998 Portaria 641

	Decreto-Lei 2.561
2005	Decreto-Lei 5.622

Fonte: Elaboração de tabela a partir de dados coletados.

É relevante aqui destacar que a legalidade da EAD não aconteceu por mero acaso. Foi das cobranças por mudanças no sistema educacional, foi por buscar novas possibilidades de ofertar educação e ao mesmo tempo fazer com que a sociedade acompanhasse em todo o conjunto que permeia a educação as inovações que aconteciam e acontecem no campo tecnológico, sem que pudessem desprezar todo esse conhecimento, que passo a passo foi-se atendendo ao apelo daqueles que cobravam por seu espaço e o direito de ter acesso ao conhecimento.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. A IMPORTÂNCIA DA EAD COMO MODELO DE INCLUSÃO**

Partindo do pressuposto de que a inclusão está ligada diretamente ao sentido democrático da palavra, quando expressa a questão de direito aos mesmos espaços e oportunidades. Tendo em vista essa relação íntima, a democracia compreende nesse contexto a aprendizagem coletiva, a aprendizagem autônoma independente da presença direta do professor, mas aprendizagem como direito. Tal afirmação é relacionada às características da EAD quando oferta uma educação garantindo aos sujeitos envolvidos maleabilidade e flexibilidade, por atender as necessidades e a especificidade do trajeto de vida dos alunos, tornando-a mais democrática e incluyente.

Tem-se clareza a tecnologia, de fato, mudou nossa maneira de viver e alterou a forma de estar no mundo e de interagir com ele. A educação no sentido de inclusão é aquela que se destina a todos, como forma de estabelecer entre as pessoas mecanismos de autonomia e participação social como está fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo XXVI, quando afirma que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Contemplando o sentido legal da expressão democracia anteriormente mencionada, a EAD surge como possibilidade de acesso á educação para uma camada significativa da população que busca os mesmos direitos. Baseado em

Araújo (1999), para garantir a prática efetiva da cidadania, é necessário entre outros aspectos importantes da vida em sociedade, assegurar informação e conhecimento explícitos no direito à educação.

Para tal expressão, é cabível aceitar que a inclusão social está diretamente ligada à educação. Então se queremos falar de inclusão através da EAD, devemos atentar para o fato de que ela acontece sem desassociar-se da exclusão. Não existe inclusão de uns, sem a exclusão de outros tantos. Nesse sentido, necessário se faz pontuar aqui sobre o papel da escola para educar para as mídias e pelas mídias, no sentido de que os sujeitos devem ser contemplados com uma educação para a vida, onde o papel da EAD deva ser o de contribuir para a formação de indivíduos criativos e críticos e não meros receptores de mensagens e consumidores das idéias e ideologias dominantes. Nesse contexto explorado, a EAD ganha nova roupagem, devido ao crescimento e a inserção das tecnologias e telecomunicações, gerando com isso, um ganho significativo demonstrando com as inovações presentes, uma busca maior pelo direito de aprender e de estar inserido na sociedade do conhecimento.

Para Morgado (2001), processo de ensino-aprendizagem é visto como uma "redescoberta da aprendizagem enquanto processo mediado socialmente, isto é enquanto construção que, sendo individual, se desenrola num contexto social de interação e comunicação."

Hoje, a EAD atingiu um patamar considerável no contexto geral de educação, contribuindo também para o desenvolvimento do caráter social, no sentido em que a faz adentrar nas casas, nas lan houses, nas escolas, em qualquer ambiente que disponha de instrumentos de transmissão de informação. Dessa forma, é importante reconhecer esse ponto de discussão também como uma forma de inclusão, já que muitos dos que buscam a oferta da EAD, são sujeitos com faixa etária entre os 20/40 anos aproximadamente, e que por vários motivos, tais como flexibilidade e no que diz respeito ao tempo e organização do seu próprio horário de estudos, só voltaram a ter oportunidade de estudar com essa nova oferta de educação.

Dentro dessa ótica, tem-se a sua inserção no cenário sócio-educacional, numa perspectiva de nos colocar frente ao imenso desafio de nos movermos em nossas ações, frente a novas atitudes e condutas, em busca de novas dimensões e reflexões sobre aprendizagem e inclusão, inserindo-nos a partir de nossa práxis em abordagens diferentes, que nos conduzam e nos façam perceber a complexidade presente também nos diferentes tempos e espaços do “aprender a aprender”, do “aprender a ser”, do “aprender a conviver” e, do “aprender a fazer” para nos situarmos inseridos enquanto parte de todo esse processo que se clarifica quando lançamos mãos aos novos olhares e ampliamos nossas perspectivas de ação/participação.

Numa visão mais característica que a educação deve representar como ferramenta promotora de inclusão, (Pereira, apud, Freire 1971, 1996, 1997, 2000) destaca a relação/conexão da escola com a vida social, quando argumenta que cabe à educação expor o educando a experiência do debate e à análise de problemas, garantindo condições de verdadeira participação.

Sendo assim, deve-se considerar que na era da informação, na sociedade do conhecimento, se é lançada mão daquilo que prende ao espaço, e viaja-se na imensa capacidade de troca de experiências e conhecimento possibilitados pelo tempo. Para isso, é imprescindível também reconhecer que se abre mão da escola da informação para buscar a do conhecimento e refaz-se o conceito do novo professor no contexto de educação mediada pelas tecnologias. Nesse novo panorama social vê-se na EAD que, o curso produzido é utilizado facilmente por um grande número de estudantes e com um mínimo de gastos, a EAD pode ser, e é com freqüência, uma forma de comunicação de massa: Holmberg 1985 & Labeé 2005 ( apud Oliveira, 2008, p. 17).

Portanto, as mudanças culturais e educacionais requerem um pensar e um agir de forma sábia demonstrando que necessário se faz recheá-las de características próprias, porém, capazes de elucidar seus argumentos. Nessa ótica, algumas dessas características fazem desse novo modelo de educação uma forma mais atrativa e democrática de construção efetiva de conhecimento, tais como:

- Flexibilidade de horário e local é muito positiva;
- Indicadores de que há mais silêncio dos alunos em sala de aula possibilitando maior concentração (em momentos presenciais);
- Economia de tempo;
- Objetividade;
- Aproveitamento por parte dos alunos;
- Envolvimento.

Também é válido abordar outras características que elucidam o campo de abrangência, sintonizando a Educação à distância EAD com as tecnologias e fortalecendo ainda mais a inclusão de novos alunos:

- Separação física entre professor e aluno, no espaço e no tempo;
- Controle do aprendizado pelo aluno através de documentos impressos ou de alguma forma de tecnologia;
- Comunicações massivas: uma vez que se os cursos estiverem preparados é possível, conveniente e vantajoso, utilizá-los para um grande número de estudantes;
- Crescente utilização da tecnologia da comunicação e informação com o uso da realidade virtual.

O caráter inclusivo da Educação à Distância entrelaça-se com uma reflexão crítica do panorama atual da educação no Brasil não podendo deixar escapar e de contemplar o fator econômico que tem permeado as decisões de expansão das iniciativas do campo educacional. Contudo, a partir do estudo do tema, foi possível comprovar também como significativo, que em 2009 o aumento da oferta apresentava um nº de 145 instituições autorizadas, segundo informações do portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para oportunizar o funcionamento de cursos do ensino à distância, para atender a um público de 760.000.

Todavia, as políticas públicas implementadas no contexto educacional brasileiro refletem alguns aspectos, dentro do cenário nacional, ainda comprometedores / contraditórios em nossa sociedade, quando se elucida o caráter democrático que permeia a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 com uma estrutura social excludente e hierarquizada.

Pois, também é notório que uma parte significativa de nossa população está inserida no patamar de pobreza/miséria, o que não se pode deixar de atentar para questão da democratização da educação, sem poder ofertar a essa parcela populacional, condições de acesso às tecnologias como é o caso de pessoas que ainda vivem sem acesso à energia elétrica nas residências.

Porém, vale salientar que a parcela aqui mencionada está de alguma forma presente nas relações sociais vivenciadas tanto no contexto macro, das políticas públicas, quanto no contexto micro, das relações cotidianas, em que, de fato, se concretizam os projetos que evidenciam o desenvolvimento nas sociedades. Sendo assim, é validado que a origem dessas questões deve ser pautada por ter influência na formulação das políticas educacionais deste país, já que as determinações de cunho político-administrativas interferem na concepção e implementação de suas ações e configuram por si, uma questão também social.

Por fim, sabe-se que todo esse cenário de desigualdade é conhecido, porém se entrelaça à medida que a educação à distância consegue ampliar as oportunidades de um grande número de pessoas ao acesso do conhecimento, confrontando com tantos outros que sequer tem acesso à moradia e condições dignas de vida.

## **4.1 Possibilidades e limitações da EAD**

### **4.1.1 O aluno (adulto) e sua aprendizagem**

Segundo Sathler (2008),

Um dos maiores desafios da Educação a Distância (EAD) é a necessidade de estabelecer vínculos entre todos os participantes do processo educacional, especialmente professores-temáticos, professores-tutores, coordenadores de curso, alunos e monitores localizados nos pólos de apoio presencial.

Nessa ótica a EAD se manifesta como um novo modelo de educação que ultrapassa fronteiras éticas e sociais, para estabelecer um mecanismo mais seguro de oferta do conhecimento e da informação mediada pelas tecnologias, gerando em tempo real uma relação cada vez mais abrangente de pessoas interligadas nessa busca pelo aprender.

Ao considerar o público maciço de adulto da educação à distância, fica conhecida a natureza pelas quais se constitui a aprendizagem e como acontece a interação face os instrumentos disponíveis para esse processo e a própria necessidade de buscar formas de aprender. Para Knowles (1978, apud Moore; Kearsley, 2007) é a fase da arte e ciência que ajuda os alunos a aprenderem, partindo das diferenças básicas entre adultos e crianças. Portanto apresentam por si só, características particulares como afirmam Moore; Kearsley, (2007, p. 143) que devem existir razões específicas e claras para iniciar um programa de aprendizagem, e eles tendem a ser alunos altamente motivados e orientados à realidade de tarefas.

Desse modo, compreende-se que:

- Embora crianças aceitem ser dependentes de um professor, os adultos apreciam sentir que têm algum controle sobre o que está acontecendo e ter responsabilidade pessoal;
- Embora as crianças aceitem a indicação do professor a respeito do que deva ser aprendido, os adultos preferem eles mesmos definir isso ou pelo menos ficar convencidos de que é relevante para suas necessidades;
- As crianças aceitam as decisões do professor relativas ao como aprender, o que fazer, quando e onde. Os adultos apreciam tomar tais decisões sozinhos ou pelo menos ser consultados;
- Embora as crianças possuam pouca experiência pessoal em que se basearem, os adultos têm muita vivência e gostam de utilizá-la como um recurso de aprendizagem;



- As crianças precisam adquirir um conjunto de informações para uso futuro. Os adultos supõem que já possuem as informações básicas ou precisam adquirir o que é relevante em termos imediatos. Em vez de adquirirem conhecimento para o futuro, eles encaram o aprendizado como necessário para resolver problemas no presente;
- As crianças podem precisar de motivação externa para estudar, e os adultos que geralmente se apresentam de modo voluntário para aprender têm motivação intrínseca. (Moore e Kearsley. 2007.p. 173-174).

Sendo assim, percebe-se que a diferença externada pelos autores denota traços específicos de um público que percebe por si só, a necessidade de buscar inserir-se na sociedade pela educação e, portanto, constrói sua autonomia como aprendizes e coadjuvantes, tornando-se independentes no fazer pedagógico.

Porém temos consciência das dificuldades ou limitações enfrentadas pelos alunos na educação à distância no cenário atual, por corresponder a um modelo de educação que utiliza-se das ferramentas tecnológicas quase que tempo integral, com uma proposta de interação entre os membros envolvidos de forma constante, sua metodologia, e a preocupação dos alunos em sentirem-se desconectados do processo.

Isso significa que muitos avanços aconteceram e foram significativos tanto na educação como em outras esferas da sociedade, outros porém virão e serão à medida que as transformações forem acontecendo, nitidamente eles se mostrarão para que a EAD possa alcançar um patamar ainda bem mais conceituado do que o que hoje apresenta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as discussões travadas neste estudo, é importante considerar a princípio que a Educação a Distância (EAD), marca no cenário mundial uma trajetória que vem representar nesse processo o que podemos chamar de um modelo de educação diferenciado pelas características específicas com que se apresenta.

Percebe-se claramente, que o modelo ora abordado, começa a revestir-se ao longo da história de instrumentos que por um lado possa fortalecer uma maneira diferenciada de comunicação/informação/educação e, por outro, constitui uma nova forma de oferta de educação, representada pela Educação à Distância.

Sendo assim, a sociedade passou a conhecer esse novo paradigma de educação que tem em sua essência a separação espacial dos sujeitos, porém conectados pelo uso das tecnologias de comunicação e informação que são a tônica do desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

Tendo em vista que tanto no contexto histórico quanto na base legal a EAD tem-se firmado como uma oferta de educação evidente, onde hoje os cursos de graduação e pós-graduação, são desenvolvidos de maneira sólida com larga oferta dos mesmos para uma população que busca novas formas de aprendizagem, novas possibilidades para ingressar na escola, novas situações de interagir com outras pessoas e outros conhecimentos.

Também devemos levar em consideração a contribuição no âmbito social que a EAD possibilita, à medida que sua oferta acontece num sentido da construção da cidadania, no momento em que inclui cada vez mais um contingente maior de pessoas na busca pela inserção no campo da educação. Nesse sentido, é necessário compreender o papel da educação como sendo significativo para a formação de novos hábitos, atitudes e valores que contemplem o cidadão do século XXI.

Com esse fim, a EAD além de apresentar-se como instrumento ativo para a aprendizagem e eficiente para a formação de atitudes sociais, percebe-se que estas perpassam todo o processo, tornando-se um vínculo de união entre necessidade, vontade e prazer no desenvolvimento de atividades.

Contudo, as experiências e trabalhos através dessas novas perspectivas abrem um leque de possibilidades, proporcionando ao aluno oportunidades de ser desafiado, assim como a despertar uma postura crítica seja no posicionamento, na formulação de hipóteses ou até mesmo na resolução de problemas, considerando seu potencial para argumentar, instigando com isso novos elementos que possam tornar o fazer pedagógico um ato prazeroso e atraente para todos os envolvidos.

Portanto, se a EAD ainda não conseguiu convencer enquanto modelo de oferta de educação que superou desafios e quebrou paradigmas para se estabilizar frente a uma sociedade ativa/participativa, podemos ter certeza que esta modalidade de ensino muito evoluiu e inúmeras possibilidades de inserção intelectual, profissional e pessoal têm sido por ela proporcionadas ou desencadeadas, contribuindo inquestionavelmente para o crescimento das oportunidades de aprendizado no país e no mundo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. ,1999: “**Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras**”. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago.

BENÍCIO, Mabel A. **Educação a distância**: um estudo sobre as dificuldades e benefícios encontrados pelos alunos através do ambiente virtual colaborar da unopar. Monografia – UEPB, Patos - PB em 2010.

BERNARDO V. **Educação a Distância**: Fundamentos e Guia Metodológico. Disponível em <<http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm>> Acesso em 14 de Outubro 2010.

BOLZAN, Regina F. F. A. **O conhecimento tecnológico e o paradigma educacional**. Disponível em <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/regina/>> Acesso em 10 Julho 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/downloads/ConstituicaoFederal.pdf>> Acesso em 24 de Setembro 2010.

BRASIL: LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial Nº 301 de 07 de Abril de 1998.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005.

COSTA, Karla S.; FARIA Geniana G. **EAD – Sua origem histórica, evolução e**

**Atualidade brasileira face ao paradigma da Educação Presencial.** Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927AM.pdf>> Acesso em 09 de Junho 2010.

COSTA Lucivaldo Q.; ALVES Camila C. P. **Especificação de Estratégia de Aprendizagem:** Aplicado ao Projeto Luz do Saber. Disponível em <<http://monografias.cic.unb.br/dspace/bitstream/123456789/236/1/Monografia%20Final.pdf>> Acesso em 02 de Outubro 2010.

LAHN, Luciene F.; MAGALHÃES Luzia E. R.; BENTES, Roberto D. F. **Educação a distância x Educação presencial:** estudo comparativo entre dois cursos preparatórios para concurso. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/55200872051PM.pdf>> Acesso em 15 de Julho 2010.

MOORE, MICHAEL G. **Educação a Distância – Uma Visão Integrada** / Michael G. Moore, Greg Kearsley; [tradução Roberto Galman]. – São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, José M. **O que é educação a distância.** Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>> Acesso em 16 de Julho 2010.

MORGADO, Lina. **O papel do professor no contexto de Ensino on-line: Problemas e Virtualidades.** Disponível em <[www.univ-ab.pt/~lmorgado/Documentos/tutoria.pdf](http://www.univ-ab.pt/~lmorgado/Documentos/tutoria.pdf)> Acesso em 27 Agosto 2010.

NOVAIS, Sueli M.; ROCHA, Alice M. N.; PINHEIRO, Helano D.; SOUZA, Lêda I. L.; FILHO, Roosevelt B. **Tomada panorâmica sobre educação a distância no Brasil.** Disponível em

<[http://www.aedb.br/seget/artigos07/1423\\_artigo%20SEGET%202.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos07/1423_artigo%20SEGET%202.pdf)> Acesso em 13 Julho 2010.

NUNES, I. B. **Noções de Educação a Distância.** <http://www.intelecto.net/ead/ivonio1.html> acesso em 13 de julho de 2010.

OLIVEIRA, E. G. **Educação a distância na transição pragmática.** São Paulo: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, Marizete S. **Análise da possibilidade de implantação da educação a distância no Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/16989/Análise\\_Possibilidade\\_Implantação\\_Marizete%20da%20Silva%20Oliveira.pdf?sequence=1](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/16989/Análise_Possibilidade_Implantação_Marizete%20da%20Silva%20Oliveira.pdf?sequence=1)> Acesso em 18 de Julho 2010.

PEREIRA Jose M. **Educação Superior a Distância, Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Social no Brasil.** Eptic – Revista de economia Política de las Tecnologias de la Información y comunicación. Mayo – Agosto 2010. Disponível em [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5490/1/ARTIGO\\_EducacaoSuperiorDistancia.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5490/1/ARTIGO_EducacaoSuperiorDistancia.pdf)> acesso em 10 Outubro 2010.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a Distância no Brasil: lições da história** Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1048/950>> acesso em 10 Outubro 2010.

SLAVOV, Bárbara; SLAVOV Ricardo. **Educação a distância, uma nova modalidade de Ensino, e a Legislação brasileira.** Disponível em <[http://www.revistasapere.inf.br/download/segunda/SLAVOV\\_SLAVOV.pdf](http://www.revistasapere.inf.br/download/segunda/SLAVOV_SLAVOV.pdf)> Acesso em 15 de Julho 2010.

# **ANEXOS**

## ANEXO A - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

### Capítulo III

#### DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

##### Seção I

##### Da Educação

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições

públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos,

aos das redes públicas;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006.)*

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único – A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



## **ANEXO B: ARTIGOS DA LDB 9.394/96**

### **TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;